

revista
CIDADES

volume 13 | número 22 | 2016

TARIFA NÃO BAI
JUSTIÇA E DIREITO:
UM DEBATE SOBRE
© URBANO

SUMÁRIO

PALAVRAS DO EDITOR.....	01
<i>Silvana Maria Pintaudi</i>	
APRESENTAÇÃO.....	02
<i>Gloria da Anunciação Alves</i>	
A GEOPOLÍTICA DA FAVELA: DESAFIOS ATUAIS DA JUSTIÇA TERRITORIAL NO RIO DE JANEIRO.....	05
Slum Geopolitics: Current Challenges of Territorial Justice In Rio De Janeiro	
IVALDO LIMA	
POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESPAÇO.....	41
Public Policies in Space	
ARLETE MOYSÉS RODRIGUES	
ÁREAS CENTRAIS URBANAS E MOVIMENTOS DE MORADIA: TRANSGRESSÃO, CONFRONTOS E APRENDIZADOS.....	71
Inner City Central Areas and Housing Movements: Transgression, Confrontations, And Learning	
FRANCISCO DE ASSIS COMARU	
UM BALANÇO DE PESQUISA, 10 ANOS NA ZONA LESTE E UM SOCIAL RECONFIGURADO.....	94
A research review, 10 years on the east side and a social redesign	
CIBELE S. RIZEK	
TRABALHO E CRISE URBANA: CONDIÇÕES DA PRECARIZAÇÃO.....	141
Work and Urban Crisis: Conditions of Precariousness	
TATIANE MARINA PINTO DE GODOY	
HORIZONTES DA POLITICA SOCIAL NA GLOBALIZAÇÃO DA DESIGUALDADE E O MINHA CASA MINHA VIDA.....	167
Perspectives on the new social policy in the globalization of inequality and the Brazilian government's housing program	
CÉSAR SIMONI SANTOS	

TRABALHO E CRISE URBANA: CONDIÇÕES DA PRECARIZAÇÃO

Tatiane Marina Pinto de Godoy¹

Professora Adjunta do Departamento de Geociências

Universidade Federal de São João del-Rei/MG

tatianemgodoy@ufsj.edu.br

RESUMO

Esse texto busca analisar a precarização do trabalho como um dos conteúdos da problemática urbana no contexto da hegemonia do capital financeiro. Parte-se da argumentação que o trabalho tem centralidade na vida social e que analisá-lo como prática social oferece contribuição para compreender o fenômeno urbano. Pretende-se relacionar as condições dos trabalhadores do terciário, mais propriamente daqueles que trabalham no comércio varejista de abastecimento urbano, com o aprofundamento da precarização das condições de reprodução do trabalhador. Trata-se, portanto, de relacionar os estudos urbanos, em sua perspectiva crítica, que considera o espaço como dimensão material da realidade social, com os estudos sobre as novas morfologias do trabalho, para avançar no entendimento das relações entre urbanização, precarização do trabalho e mundialização.

PALAVRAS-CHAVE: Precarização do trabalho; urbanização; mundialização.

WORK AND URBAN CRISIS: CONDITIONS OF PRECARIOUSNESS

ABSTRACT

This paper aims to analyze the precariousness of work as one of the components of urban problems in the context of the hegemony of financial capital. Based on the argument that work is central to social life, analyzing it as

¹Professora Adjunta do Departamento de Geociências da Universidade Federal de São João del-Rei/MG. e-mail: tatianemgodoy@ufsj.edu.br

a social practice offers a contribution to understanding the urban phenomenon. Our intention is to relate the conditions of workers in the tertiary sector, more precisely those who work in the retail trade of urban supplies, with the increasing impoverishment of the reproductive conditions of the worker. Therefore, we intend to relate urban studies, from a critical perspective that considers space a material dimension of social reality, with studies on new morphologies of work to promote an understanding of the relations between urbanization, the precariousness of work and globalization.

KEYWORDS: precariousness of work, urbanization, globalization.

INTRODUÇÃO

Buscando compreender as transformações nas condições de reprodução da força de trabalho dos empregados dos estabelecimentos comerciais, a partir das mutações dos espaços de comércio e de consumo, focamos, especialmente, a análise dos supermercados. Avaliamos que o esforço para compreender essas transformações nos supermercados já seria uma grande tarefa e, por isso, tratamos apenas deles e dos hipermercados.

A contribuição deu especial atenção à análise da precarização do trabalho como um dos conteúdos essenciais da problemática urbana no contexto da hegemonia do capital financeiro. Partimos da argumentação que o trabalho tem centralidade na vida social e que, analisá-lo como prática social, oferece contribuição para o entendimento do fenômeno urbano. Pretendemos relacionar as condições dos trabalhadores do terciário, mais propriamente daqueles que trabalham no comércio varejista de abastecimento urbano, com o aprofundamento da precarização das condições de reprodução do trabalhador. Trata-se, portanto, de relacionar os estudos urbanos, em sua perspectiva crítica, que considera o espaço como dimensão material da realidade social, com os estudos sobre as novas morfologias do trabalho para

avançar no entendimento das relações entre urbanização, precarização do trabalho e mundialização.

A cidade é um lugar privilegiado para observação dos fenômenos sociais. Nela a reprodução da vida ganha os contornos da distinção das classes sociais. Harvey (1996, p. 51) compreende a urbanização como um conjunto de processos sociais que se dão no espaço e no tempo. No capitalismo a urbanização amplia a separação entre capital e trabalho. Ela aliena o trabalhador daquilo que ele produz, porque reconfigura a relação do homem com a natureza. Na sociedade capitalista o trabalho é uma condição de reprodução social.

Na cidade industrial, aquela que sucede a inflexão do agrário para o urbano e lança as condições para a zona crítica, conforme análise de Lefebvre (1999, p. 27), as transformações sociais se deram no ritmo da nova fase do capitalismo. A industrialização extrapolou a fábrica e atingiu toda a sociedade. Entre as análises que se destacam nesse contexto estão as de Engels (2010). Suas observações sobre a vida nas grandes cidades mostra a "atomização do mundo".

Essa diferença brutal, esse insensível isolamento de cada um no terreno de seu interesse pessoal é tanto mais repugnante e chocante quanto maior é o número desses indivíduos confinados nesse espaço limitado; e mesmo que saibamos que esse isolamento do indivíduo, esse mesquinho egoísmo, constitui em toda a parte o princípio fundamental de nossa sociedade moderna, em lugar nenhum ele se manifesta de modo tão imprudente e claro como na confusão da grande cidade (ENGELS, 2010, p. 68).

As condições sociais são descritas por Engels (2010) como uma guerra social. É a guerra de todos contra todos, em que as grandes cidades são divididas entre a "indiferença bárbara e o grosseiro egoísmo de um lado e, de

outro, miséria indescritível". Nessa guerra social, as armas de combate são o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção.

A reprodução ampliada do capital encontra, no processo de urbanização, as condições propícias para a exploração do trabalhador. Os elementos levantados por Engels (2010), nos seus estudos no final do século XIX, permitem compreender a importância da urbanização e do urbano, como modo de vida, para consolidação do capitalismo industrial e da Inglaterra como potência hegemônica vigente.

No período em que a mundialização atinge patamares sem precedentes e as cidades são projetadas como plataformas do capital internacional, as condições de reprodução do trabalho e dos trabalhadores mostram-se tão precárias quanto aquelas do cenário descrito por Engels (2010) na Londres do século XIX. Isso permite compreender que a urbanização é uma condição da precarização do trabalho que, por sua vez, é uma condição da mundialização.

Relacionar a urbanização à precarização do trabalho não reduz a análise à cidade em si. Com ela busca-se desvendar os mecanismos de reprodução ampliada do capital que tem, no espaço, uma condição inequívoca.

As evidências para a proposição desse debate estão na análise daquilo que Antunes (2014) denomina de novas morfologias do trabalho e que, a partir de uma leitura geográfica, buscamos compreender como novas morfologias do trabalho urbano, ou seja, daquelas atividades tipicamente e que se caracterizam, majoritariamente, como atividades do setor terciário da economia. No Brasil, a mão de obra formalizada torna-se predominantemente ocupada no setor terciário (comércio e serviços) na década de 1980,

ultrapassando os índices de ocupação no setor secundário (transformação) e primário (agricultura e extrativismo).

A discussão proposta se insere no âmbito da economia urbana e busca oferecer contribuição para os debates sobre as novas morfologias do trabalho. Toma-se de Antunes (2014) a ideia sobre a nova morfologia do trabalho como aquela das novas modalidades de trabalho, que emergem no mundo contemporâneo e cujo traço mais visível é o seu desenho multifacetado, resultado das fortes mutações que abalaram o mundo produtivo e de serviços nas últimas décadas.

Para oferecer contribuição trazemos ao debate a precarização do trabalho em contexto urbano. Tomamos como objeto o setor terciário, em que a precarização se manifesta com força, em razão, segundo Prieb (2005, p. 191), da ascensão do setor de serviços, fruto do novo padrão de acumulação capitalista, juntamente com o desenvolvimento de novas tecnologias. Ela traz consigo a ampliação da heterogeneidade e fragmentação da força de trabalho, com destaque para o trabalho temporário, parcial, terceirizado e informal. Para Kon (1992) há uma relação entre o predomínio do setor de serviços e o aumento da precarização do trabalho. Considerando que o setor terciário ocupa, atualmente, o papel de principal empregador no Brasil e que a ascensão das atividades de comércio e de serviços, resultante de um novo padrão de acumulação capitalista, traz consigo a ampliação da heterogeneidade e fragmentação da força de trabalho, a manifestação da precarização e da flexibilização do trabalho conferem um elemento importante para análise da problemática urbana.

1. O TRABALHO NA CIDADE

Compreender a relação entre o trabalho e o urbano, superando sua relação direta na construção material da cidade, para avançar na compreensão do movimento de realização da urbanização, é o que se busca a partir da investigação das condições de precarização da força de trabalho na cidade.

As análises sobre o mundo do trabalho têm se apresentado com uma importante contribuição dos teóricos e pesquisadores da sociologia do trabalho. Na Geografia, as análises sobre esse tema referem-se às estruturas e à distribuição dos mercados de trabalho. Desde a década de 1980, no Brasil, a ocupação da população economicamente ativa (PEA) se realiza, predominantemente, no setor terciário da economia. Comércio e serviços compreendem a maior parte das contratações. Esse movimento de terceirização da economia se faz acompanhar pelo de ampliação da precarização do trabalho.

Partimos da busca por compreender os mecanismos de manutenção da dominação do trabalho pelo capital, no processo de terceirização da economia e relacioná-lo às condições de reprodução do trabalhador no espaço urbano. Em 1982, David Harvey publica, na Revista Espaço & Debates², um artigo que aborda o trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. Nesse texto o autor retrata os conflitos da sociedade urbano- industrial que, artificialmente, são divididos em duas lutas independentes: a luta no local de trabalho e a luta no local de viver, divisão artificial imposta pelo sistema capitalista (HARVEY, 1982 p. 8).

² HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. Espaço & Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, n. 6, 1982.

Do contexto retratado por Harvey (1982) de uma sociedade urbano-industrial, em países do capitalismo avançado, o que é possível considerar para compreensão da condição dos conflitos entre o trabalho, o capital e as classes sociais nas cidades do capitalismo periférico brasileiro atual? Algumas premissas orientam essa tentativa de contextualização espaço-temporal. A primeira é aquela da dominação do trabalho pelo capital para a extração da mais-valia, que torna possível a acumulação. A segunda premissa refere as relações que os homens estabelecem entre si para se apropriarem da natureza produzindo o espaço, que é condição de reprodução das relações sociais.

Tomemos a discussão sobre o precarizado. Como analisá-lo numa perspectiva geográfica que não se restrinja às dinâmicas locais, mas compreendendo a relação que o precarizado estabelece com a cidade e o urbano?

Destacam-se três autores que analisam o precarizado na Europa e no Brasil. Para Standing (2013) o precarizado é uma nova classe social que surge da crise do fordismo ou crise da socialdemocracia e o desmanche da relação salarial “fordista”, a partir de meados da década de 1970. Braga (2012) discorda de Standing e afirma que o precarizado está na classe social do proletariado, não é uma classe nova. É o proletariado precarizado. Alves (2000) afirma que o precarizado é a camada média do proletariado urbano, constituída por jovens-adultos altamente escolarizados, com inserção precária nas relações de trabalho e vida social.

Consideramos fundamental ampliar a compreensão sobre o precarizado e sua relação com a urbanização. A ideia é, portanto, avançar de uma análise sociológica sobre o precarizado para compreender a sua relação com a reprodução da cidade e a realização do urbano em toda a sua extensão.

Nesse sentido, buscam-se referências em autores que tratam das novas morfologias do trabalho no capitalismo contemporâneo. São subsídios para essa análise as teses marxistas que reafirmam a centralidade do trabalho. Indicamos como referências para esses debates as contribuições de Mészáros, especialmente em *Para além do capital* (2002), onde o autor reafirma o trabalho como categoria fundante. Vale também ressaltar, nesse aspecto, os trabalhos de Antunes (2005, 2008 e 2013), no Brasil. O trabalho também é central na nossa perspectiva epistemológica.

As mudanças no mundo do trabalho e, particularmente, das relações do mesmo quando a demanda por força operária é reduzida, colocou em questão a necessidade inevitável do trabalho vivo no processo produtivo. No plano teórico o questionamento da centralidade da categoria trabalho no mundo de hoje está presente, tanto na obra de pensadores neoliberais, quanto nos de esquerda. Destacam-se Gorz (2005) e o grupo Krisis, tendo como um de seus expoentes Kurz e a publicação do *Manifesto contra o trabalho* (1999), entre os pensadores marxistas que questionam a centralidade do trabalho. Para os neoliberais, entre os quais Jeremy Rifkin (2004), parte-se do pressuposto de que o conhecimento e a informação podem suprir as necessidades humanas. A materialidade perde importância no debate teórico, dando lugar às teorias da informação e da fluidez. Tudo isso alimentado pelo domínio do capitalismo financeiro dos últimos trinta anos. Ocultado por uma premissa do mercado, o Estado é descaracterizado de suas funções enquanto regulador econômico e social.

David Harvey, na proposta de atualização do pensamento marxista, que se apóia na obra de Henri Lefévre, apresenta, nas suas obras mais recentes, entre as quais tem destaque o livro *“Rebel Cities. From the right to the city to the urban revolution”* (2012) distância da tese que afirma a classe operária como vanguarda da mudança política. Para o autor é preciso olhar para os

movimentos políticos da cidade como tão significativos quanto aqueles que acontecem nas fábricas. Embora ainda haja uma ênfase de alguns pensadores marxistas no protagonismo dos movimentos operários, é preciso considerar que os operários estão desaparecendo em muitas partes do mundo do capitalismo avançado. Na proposta de Harvey (2012) há de se voltar a atenção para a classe trabalhadora, que está criando e sustentando a vida urbana.

No Brasil, o operariado também não representa a classe trabalhadora com a mesma força que mobilizou sindicatos no final dos anos de 1970, no ABC Paulista, por exemplo. A classe trabalhadora urbana, como designa Harvey (2012), está empregada, formal ou informalmente, no comércio e nos serviços. O que ela representa para a compreensão das lutas na cidade? Como essa classe trabalhadora é condição para a urbanização e para a mundialização? Quais relações se podem estabelecer entre a condição do trabalhador do setor terciário e as lutas na cidade?

2. MORFOLOGIA DO TRABALHO NA ZONA CRÍTICA

Toma-se de Antunes (2008 e 2013) a ideia sobre a nova morfologia do trabalho como aquela das novas modalidades de trabalho que emergem no mundo contemporâneo, cujo traço mais visível é o seu desenho multifacetado, resultado das fortes mutações que abalaram o mundo produtivo e de serviços, nas últimas décadas.

Buscamos levantar algumas formulações sobre as relações de trabalho e as condições de reprodução social do trabalhador do comércio varejista de abastecimento, mais propriamente de supermercados e hipermercados, organizados em redes multinacionais.

Considerando-se a tendência à concentração financeira e territorial do setor, como pode ser compreendido a partir dos estudos de Pintaudi (1984, entre outros) e Silva (2003), parte-se da colocação da hipótese de que também há uma tendência à precarização das condições de reprodução da força de trabalho nesse setor.

A pergunta que se busca responder é: "Em que medida as mutações dos espaços de comércio e de consumo transformam as condições de reprodução do trabalho?"

As mutações no mundo produtivo e de serviços compreendem aquelas observadas nas formas comerciais. No que tange aos supermercados e hipermercados, vamos nos ater especialmente à concentração financeira das redes, porque responde mais diretamente ao ponto principal de nossa leitura sobre a reprodução da força de trabalho no contexto da mutação das formas comerciais. Os empreendimentos do setor de abastecimento, na forma dos supermercados e hipermercados, lideram os rankings das empresas de varejo no Brasil.

Se o setor terciário é grande empregador da atualidade, em termos relativos, nele também a precarização do trabalho tem se manifestado com uma força evidente. As políticas de trabalho e emprego têm um importante papel para a reprodução da cidade. À medida que o Estado possibilita a flexibilização das relações de trabalho, por exemplo por meio da regulamentação dos processos de terceirização da contratação de trabalhadores, criam-se condições de precarização do trabalho, que, por sua vez, amplia as desigualdades sociais que se manifestam na segregação socioespacial. Atualmente, no Brasil, doze milhões de empregados são terceirizados (correspondente a 13% dos trabalhadores brasileiros). Um estudo elaborado em 2011 pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pelo DIEESE revelou que o trabalhador terceirizado fica 2,6 anos a menos no emprego, tem

três horas e meia de jornada a mais por semana e ganha 27% a menos que o trabalhador não-terceirizado. A cada dez acidentes de trabalho, oito ocorrem entre terceirizados. Ainda, no Brasil, um projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional (e aprovado na Câmara dos Deputados em 22 de abril de 2015)³ pretende ampliar a regulamentação da terceirização para a realização das atividades-fins das empresas. Isso ampliaria o número de trabalhadores contratados sob esse regime e reduziria em 30% o salário médio mensal dos trabalhadores, segundo estimativas de especialistas em Direito do trabalho. Considerando que o setor terciário ocupa, atualmente, o papel de principal empregador no Brasil, e que a ascensão do setor de comércio e de serviços, resultante de um novo padrão de acumulação capitalista, traz consigo a ampliação da heterogeneidade e fragmentação da força de trabalho, a manifestação da precarização e da flexibilização do trabalho conferem um elemento importante para análise da problemática urbana. A condição precária do trabalhador é, também, a sua condição precária de moradia, de transporte e de acesso a todos os direitos, em instância última, o direito à cidade.

As estatísticas sobre o desemprego podem fornecer um indício da complexidade que precisa ser desvelada para compreender o trabalho. No Brasil, as estatísticas oficiais sobre o mercado de trabalho, e as suas interpretações pelos especialistas, mostram que, num período inferior a 12 meses, o país apresentou um índice histórico de ocupação formal da mão de obra (dezembro de 2014), conforme divulgação dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e, na sequência, (segundo trimestre de 2015) a taxa de desemprego foi a maior de uma série histórica da Pesquisa

³ O Projeto de Lei 4.330 - denominado PL da Terceirização - foi aprovado por 230 votos a favor e 203, contra, na Câmara dos Deputados. Até o momento do encerramento deste texto, o PL 4.330 não tinha sido votado no Senado Federal.

Nacional por Amostra de Domicílio Trimestral (Pnad Contínua Trimestral), iniciada em 2012.

Até dezembro de 2014 a divulgação das estatísticas oficiais permitia afirmar que os índices históricos, registrados no Brasil, de ocupação formal da mão de obra eram opostos às taxas de desemprego dos países que vivenciam o fim das políticas de bem-estar social. Dados divulgados pelo IBGE⁴ (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a partir da PME (Pesquisa Mensal de Empregos), referentes a dezembro de 2014, estimaram uma taxa de desocupação de 4,3%, o que significava a menor taxa de desemprego já registrada na série histórica da pesquisa iniciada em 2003. Os dados foram obtidos de uma amostra probabilística de, aproximadamente, 38.500 domicílios situados nas Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Em 2014, a média anual da população desocupada foi estimada em 1,176 milhão de pessoas desocupadas, contingente 54,9% menor que o de 2003 (2,608 milhões) e 10,8% abaixo da média de 2013 (1,318 milhão). Em dezembro de 2014, a população desocupada nas seis regiões pesquisadas (1,051 milhão) recuou 11,8% em relação a novembro (1,192 milhão) e 0,9% contra dezembro de 2013 (1,061 milhão).

O percentual médio de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado, em relação à população ocupada, passou de 50,3% (11,6 milhões) em 2013, para 50,8% (11,7 milhões) em 2014. Em 2003 essa proporção era de 39,7% (7,3 milhões). Em 12 anos esse contingente cresceu 59,6% (ou mais 4,4 milhões). Em dezembro de 2014, havia 11,807 milhões de

⁴ Dados divulgados pela sala de imprensa do IBGE em 29 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2816>

trabalhadores com carteira assinada no setor privado, apresentando estabilidade no mês e no ano.

Se em dezembro de 2014 os índices apontavam que a ocupação formal da mão de obra superava uma condição histórica de informalização, no segundo trimestre de 2015 os resultados divulgados pela Pnad Contínua Trimestral destacavam que a taxa de desemprego foi de 8,3%. Segundo o IBGE, a população desocupada, equivalente a 8,4 milhões de pessoas, subiu 5,3% em comparação ao trimestre imediatamente anterior. Na comparação com o segundo trimestre de 2014, subiu 23,5%. A taxa cresceu tanto na comparação com o primeiro trimestre de 2015 (7,9%), quanto com o segundo trimestre de 2014 (6,8%).

Há de se fazer alguns esclarecimentos sobre essas estatísticas. A PNAD Contínua⁵ é uma pesquisa por amostra probabilística de domicílios, de abrangência nacional. A PME⁶ (Pesquisa Mensal de Emprego) produz indicadores mensais sobre a força de trabalho que permitem avaliar as flutuações e a tendência, a médio e a longo prazos, do mercado de trabalho, nas suas áreas de abrangência: regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Embora tenham abrangências e metodologias diferentes, o que se destaca dessas estatísticas é que a compreensão sobre o trabalho e sobre a condição de reprodução do trabalhador são distorcidas quando se analisa apenas a partir de um conjunto de dados, sem se considerar os processos subjacentes, que implicam a ampliação ou retratação das contratações, em

⁵Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua/IBGE. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149

⁶ Pesquisa Mensal de Emprego/IBGE. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/

primeira instância, e a extração da mais-valia para reprodução ampliada do capital, aliada aos processos de urbanização e mundialização.

Quando se faz uso de estatísticas divulgadas mais abrangentes, compreende-se que, a partir dos anos 1980, no Brasil, a indústria deixou de ser a principal empregadora de mão de obra. O setor terciário predominava nas contratações. Sua ascensão resultou do novo padrão de acumulação capitalista.

Nos anos 2000 a formalização das contratações supera os registros históricos; contudo, se a formalização da mão de obra é um dado significativo, não se pode deixar de mencionar que persiste uma hiperexploração do trabalhador, evidenciadas nas atividades urbanas. A formalização regula a relação entre capital, trabalho e Estado, mas não garante condições dignas de reprodução do trabalhador. Na cidade, umas das formas de constatar essa hiper-exploração do trabalho está nos deslocamentos entre a moradia e o local de emprego, na valorização de fragmentos da cidade, a partir do valor produzido pelo trabalho e o lugar que cabe como moradia ao trabalhador que cria o valor.

Salientamos que a hiper-exploração do trabalho nas cidades torna-se mais evidente porque compreendemos que há um processo de urbanização em escala mundial, que concentra o capital e submete o trabalhador à venda de sua força às corporações, com atuação em escala global. Não negligenciamos a exploração do trabalhador do campo, embora saibamos que as condições de exploração desse trabalhador também estejam submetidas ao grande capital internacional.

3. AS NOVAS MORFOLOGIAS DO TRABALHO NOS SUPERMERCADOS E HIPERMERCADOS

No Brasil a expansão dos supermercados e hipermercados, aliado à abertura do mercado na década de 1990, caracteriza-se pela concentração financeira e territorial em três grandes redes: Walmart, Carrefour e Pão de Açúcar. A hipótese que se levanta, baseada nas argumentações de Prieb (2005) e Kon (1992), é que a concentração financeira e territorial desse comércio potencializa a flexibilização dos contratos de trabalho e, conseqüentemente, amplia a precarização do trabalho.

Tabela 1. As maiores empresas supermercadistas do Brasil

Classificação 2013	Razão Social	Sede	Faturamento Bruto 2013 (R\$)	Número de lojas
1	Cia. Brasileira de Distribuição (Pão de Açúcar)	SP	64.405.475.962	1.999
2	Carrefour Com. Ind. LTDA	SP	34.012.572.214	241
3	Wal-Mart Brasil LTDA	SP	28.477.467.543	544
4	Cencosud Brasil Comercial LTDA	SE	9.811.363.497	221
5	Cia. Zaffari Comércio e Industria	RS	3.765.000.000	30
Total 5 maiores			140.471.879.216	3.035

Fonte: Ranking Abras edição 2014 – Abras/Nielsen Brasil

Os empreendimentos do setor de abastecimento, na forma dos supermercados e hipermercados, lideram os rankings das empresas de varejo

no Brasil. Em 2012, Pão de Açúcar, Carrefour e Walmart encabeçavam a lista dos 25 maiores varejistas no país. Nesse mesmo ano, de acordo com relatório do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o faturamento do setor foi de R\$ 242,9 milhões e o volume de vendas no segmento de hiper e supermercados teve crescimento de 8,9%, com a receita nominal, obtendo um aumento de 16% diante de 2011. O crescimento dos lucros do setor foi maior que PIB brasileiro que, em 2012, foi de 0,9%.

Tabela 2. Faturamento das três principais redes varejistas de abastecimento no Brasil

Empresa	1995			2012		
	Faturamento Bruto (milhões R\$)	n. de empregados	n. de lojas	Faturamento Bruto (milhões R\$)	n. de empregados	n. de lojas
Carrefour	4.682,6	21.780	38	31.500	70.000	236
Pão de Açúcar	3.169,3	20.429	218	57.200	151.000	1.882
Walmart ⁷	-	-	5	25.900	82.341	547

Fontes: BNDES,1996 e DIEESE, 2012

A tabela 1 apresenta o desempenho no faturamento dessas empresas, comparando dois momentos que serão mais bem caracterizados a partir do trabalho de Silva (2010), que aportaremos no decorrer desse texto.

O Boletim do DIEESE de 2012 indica os supermercados e hipermercados como os principais responsáveis pela geração de empregos para o comércio. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) contabilizou que esses empreendimentos empregaram o correspondente a 13,6% do total de 383.426 postos de trabalho criados no comércio no período.

Contudo, os trabalhadores desse setor estão entre as categorias que recebem os piores salários do país. A média do maior salário em 2012 foi de R\$ 869,00. Outro indicador desfavorável do mercado de trabalho no setor é a rotatividade dos empregados. O desligamento do emprego por iniciativa do próprio trabalhador alcançou 43,3% do total de desligamentos em 2012. Baixos salários e longas jornadas de trabalho são as principais razões.

Ainda segundo dados do MTE, os trabalhadores em supermercados ocupam a quarta posição entre os trabalhadores que mais sofrem com doenças e acidentes de trabalho, perdendo apenas para frigoríficos, fábricas de roupas e atendimento hospitalar.

Antunes (2014) afirma que a flexibilização produtiva, as desregulamentações da legislação trabalhista, as novas formas de gestão do capital, a ampliação das terceirizações e da informalidade acabaram por desenhar uma nova fase do capitalismo no Brasil.

A articulação complexa existente entre financeirização da economia, neoliberalismo, reestruturação produtiva e as mutações no espaço microcósmico do trabalho e da empresa não poderia deixar de afetar profundamente a classe trabalhadora (ANTUNES, 2014, p. 41).

Os dados relativos ao emprego, no Brasil, nas décadas de 1990 e 2000 apresentam diferenças importantes. Enquanto a primeira é notadamente marcada pela redução do emprego formal, a segunda tem um saldo de criação de 21 milhões de postos de trabalho. Nesse montante, serviços (com 6,1 milhões) e comércio (com 2,1 milhões) revelam um perfil que se distancia do tradicional emprego na indústria.

A década de 1990 representa um marco importante para as análises do mercado de trabalho. Essa década também é uma referência histórica para compreender a atual configuração do setor de supermercados e

hipermercados. A década marca a entrada da rede Walmart no Brasil (1995) e a abertura do mercado brasileiro para o comércio internacional, no momento de afirmação dos dogmas do livre-mercado em escala mundial. Essas serão algumas das condições para a concentração financeira e territorial do setor.

Um breve retrospecto da conjuntura do setor, na década de 1990, feito por Silva (2010, p. 4), destaca que:

(...) houve grandes modificações no setor supermercadista com a falência de algumas empresas (Casa da Banha, Disco, Paes Mendonça, Eldorado), o fortalecimento de outras (Pão de Açúcar, Sendas, Bompreço) a entrada de empresas estrangeiras (Ahold, Walmart, Sonae, Jerônimo Martins) e o crescimento consolidado de outras (Carrefour, Zaffari). Aliado a isto, o final desta década revelou um surto de fusões e aquisições entre as empresas do setor, refletindo a tendência mundializada da expansão do capitalismo, a partir da concorrência direta entre poucos, porém gigantes, grupos empresariais com operações em diversos segmentos e setores econômicos, concentrando o capital varejista na mão de um grupo reduzido de empresas.

Silva (2010) classifica as décadas de 1990 e de 2000 como fases de reestruturação do setor e de aprofundamento da concentração, respectivamente. São dessas considerações, aliadas as de Prieb (2005) e Kon (1992), que entendemos que os processos de concentração financeira e territorial do setor potencializam a flexibilização dos contratos de trabalho e, conseqüentemente, ampliam a precarização do trabalho.

Sennet (2006, p. 125), ao analisar a cultura do novo capitalismo, dedica-se a uma análise da política do consumo, tomando como exemplo o Walmart, considerado pelo Instituto McKinsey (citado pelo autor) um “verdadeiro paradigma da empresa de ponta”. Tal paradigma se ampara na produtividade derivada de “permanente inovação gerencial”, que concentrou

o poder no centro do gigante, desabilitou os sindicatos e trata a massa de seus empregados como se fossem trabalhadores temporários e provisórios.

A intimidação aos sindicatos dos trabalhadores é uma das práticas mais notáveis do “paradigma de empresa de ponta”, liderado pelo Walmart. Uma busca rápida por notícias relacionadas a empresa permite elencar uma série de reivindicações e protestos de sindicatos no Brasil, que denunciam assédio moral, praticado por meio de atos discriminatórios, jornada excessiva de trabalho, limitação de saídas do posto de trabalho para ir ao banheiro, terceirização da atividade-fim e até submeter seus funcionários à obrigação de cantar ou dançar hino motivacional em suas dependências.

Em fevereiro de 2014, a empresa que detém a maior rede mundial de supermercados, anunciou o fechamento de 25 unidades no Brasil “*como consequência das despesas no ano fiscal que terminou em janeiro afetado por encargos trabalhistas e pela queda dos ganhos de operações internacionais*”. (Revista INFO, 2014). Em um comunicado da própria empresa, afirma-se que o resultado dos esforços da empresa para melhorar a produtividade e reduzir custos foi o aumento significativo das reivindicações trabalhistas nos últimos anos.

A redução nos ganhos, traduzida pela queda do lucro de 5,7% de 2011 para 2012, no Brasil, na China e na Índia, resultante de despesas extraordinárias (leia-se indenizações trabalhistas) determinaram o fechamento de unidades no Brasil, particularmente as de pequeno e médio porte.

Os fatos destacados na década de 1990, com a abertura do mercado brasileiro para o capital internacional e o rearranjo da estrutura do comércio varejista, são acompanhados de mudanças na regulação do trabalho. Reformas neoliberais contribuíram para a consolidação de um movimento de degradação das relações trabalhistas com altos índices de desemprego, crescimento do

trabalho precário, expansão da informalização resultado direto da terceirização.

A consolidação do setor terciário como grande empregador, acompanhada das estratégias de cadeias globais de distribuição, que concentram o setor de comércio e de serviços, condicionam o mercado de trabalho no Brasil. A precarização do trabalho é a condição de realização da mundialização.

Na metrópole paulista esse processo se realiza com a força da dinâmica da mundialização, potencializada por sua centralidade econômica no território nacional. A metrópole destaca-se como centro da implantação e das transformações no mercado varejista de abastecimento alimentar, como destacado na dissertação de Ana Alice de Oliveira Vieira, sobre os mercados públicos (2014).

São Paulo é um espaço privilegiado para observação das transformações no setor. Desde a introdução do conceito de autosserviço (pegar e pagar), com o Sirva-se, implantado em 1953 e incorporado pelo Pão de Açúcar na década de 1960, à chegada do Carrefour, grupo francês, consolidando o conceito de hipermercado, nos anos 1980, e à entrada do Wal-Mart, grupo americano, em 1995, maior varejista mundial, com sua política de preços baixos e moderna tecnologia de informação, sustentando eficiente logística e aquisição e distribuição. Os textos que compõem este trabalho conjunto de pesquisa demonstram a dinâmica histórico-geográfica do setor em São Paulo.

Nossa hipótese considera que os processos de concentração financeira e territorial do setor terciário potencializam a flexibilização dos contratos de trabalho e, conseqüentemente, ampliam a precarização do trabalho. Essa concentração é bem representada pela presença, no Brasil, das

três principais redes varejistas presentes e controladas por grupos estrangeiros:

Grupo Casino (França)⁷:329.000 trabalhadores (presentes no Brasil, Colômbia, Uruguai, Argentina, Tailândia, Vietnã, Oceano Índico)

- No Brasil
 - Grupo Pão de Açúcar (controle a partir de 2012)
 - Extra
 - Pão de Açúcar
 - Extra Fácil
 - Assaí
 - Ponto Frio
 - Nova Casas Bahia

Grupo Carrefour (França)⁸:380.000 trabalhadores em 33 países.

- No Brasil
 - Carrefour
 - Carrefour Bairro
 - Carrefour Express
 - Atacadão
 - Supeco

⁷Fonte: <http://www.groupe-casino.fr/en/the-group/strong-positions-in-international-markets>

⁸ Fonte: <http://www.carrefour.com/content/carrefour-stores-worldwide/>

Grupo Walmart (EUA)⁹: 2,2 milhões de funcionários em 27 países.

- No Brasil
 - Walmart
 - Hipermercado Big
 - Hiper Bompreço
 - Supermercado Bompreço
 - Supermercado Mercadorama
 - Supermercado Nacional
 - Maxxi Atacado
 - Todo Dia – Loja de Vizinhança
 - Sam's Club – Clube de compras

Trabalhos de pesquisa, que estão em andamento, e que deverão oferecer mais resultados em breve, buscam compreender as lógicas que essas grandes redes empreendem no mercado de trabalho e que, no nosso entendimento prévio, comandam "as inovações gerenciais" que alavancam os processos de flexibilização e, conseqüentemente, de precarização das condições dos trabalhadores desse setor.

4. URBANIZAÇÃO CRÍTICA E CRISE DE REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

Se a urbanização parece ser a condição para a precarização do trabalho, a realização do projeto da mundialização parece estar amparada na precarização. Esses três processos se mostram como indissociáveis, quando são analisadas as condições do trabalho na atualidade.

⁹ Fonte: <http://corporate.walmart.com/our-story/our-business/locations/#/>

É importante tomar a definição de mundialização a partir de Chesnais (1996):

A mundialização é o resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito as políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan. (CHESNAIS, 1996, p. 34)

A questão que se busca argumentar é que a desregulamentação das questões relativas ao trabalho não são um resultado da mundialização, mas uma condição da sua realização.

O fechamento de unidades do Walmart, no Brasil e na China, em função da aplicação de direitos trabalhistas, que resultaram em despesas extraordinárias, permitem explorar a tese de Harvey (2011) a respeito do controle capitalista sobre o trabalho. O autor argumenta que, na década de 1970, a grande questão era o controle do trabalho. Os salários no mundo capitalista avançado estavam relativamente altos. A força de trabalho era organizada, tinha poder político, através de partidos políticos, na Europa, e ela exercitava esse poder. O capital precisou disciplinar a força de trabalho, de diferentes maneiras, uma das quais através da "globalização". O capital foi levado para onde havia trabalho disponível. Outra forma foi através das mudanças tecnológicas, outra, através da imigração. Os franceses, por exemplo, subsidiavam a ida de trabalhadores magrebinos para a França. Os alemães facilitaram a imigração dos turcos, os ingleses, da população de suas ex-colônias. Houve uma enorme reforma na lei de imigração americana, em 1965, que permitiu que pessoas do mundo todo fossem para os Estados

Unidos. Havia a preocupação com o controle da força de trabalho que era poderosa.

Na década de 1980, Ronald Reagan, Margareth Thatcher, o general, Augusto Pinochet, entre outros, desmantelaram os direitos trabalhistas colocaram um ponto final no poder político dos trabalhadores, o que resultou, por exemplo, em diminuição dos salários.

A flexibilização das relações de trabalho, que tem uma de suas formas na terceirização, continua sendo uma pauta do setor produtivo. No Brasil, os lobbies, no Congresso Nacional, relacionados ao empresariado, defendem a legalização da contratação de trabalhadores terceirizados para todas as atividades de uma empresa, até mesmo para o desempenho de suas atividades-fim.

No cenário de mercado global, a precarização do trabalho é condição de competitividade das empresas. No Brasil, a terceirização ganhou importância nos anos 1990, o que coincide com o movimento de abertura comercial e de desregulamentação dos contratos de trabalho. Atualmente, o trabalho terceirizado responde por uma parcela cada vez maior do total de ocupações geradas no Brasil. São postos com baixa remuneração, que absorvem mão de obra assalariada. Segundo Pochmann (2012, p. 110), o uso dessa mão de obra se expande fundamentalmente pelo setor de serviços, que amplia as atuais condições de precarização do trabalho a partir da "inovação gerencial" de gigantes do setor, como o Walmart.

Compreender a reprodução do trabalho e as condições de vida do trabalhador implica relacionar a urbanização crítica. A tarefa imposta pelo capital e pelo Estado capitalista às cidades para se tornarem plataformas do capital internacional, criando as condições para abrigarem as empresas multinacionais, demanda a reorganização do trabalho, para tornar mais ampla

a apropriação da mais-valia, ou seja, para criar as condições para a acumulação, às custas da exploração do trabalhador.

O movimento de realização da mundialização se faz a partir da urbanização, que tem como condição, nos moldes de reprodução do modo de produção capitalista, a exploração do trabalho e a tendência à concentração financeira e territorial do comércio varejista tem, como condição, a tendência à ampliação da precarização do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS. *Ranking ABRAS/SUPERHIPER 2015 mostra os grandes números do setor e as maiores empresas.* Disponível em: <http://www.abras.com.br/clipping.php?area=20&clipping=50049> Acesso em 20 de janeiro de 2016.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.* São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. (Org.) *A dialética do trabalho. Escritos de Marx e Engels.* 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

_____. Desenhando a nova morfologia do trabalho: As múltiplas formas de degradação do trabalho. *Revista Crítica de Ciências Sociais.* 83 | 2008, 19-34. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142014000200004&script=sci_arttext

Acesso em 10 de dezembro de 2014.

_____. Desenhando a nova morfologia do trabalho. *Estudos Avançados* 28 (81), 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142014000200004&script=sci_arttext. Acesso em 10 de dezembro de 2014.

_____. (org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013. 448p. Coleção Mundo do Trabalho.

BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. *Comércio varejista: Supermercados*. Rio de Janeiro, 1996. 33p. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/supmerca.pdf. Acesso em 10 de março de 2014.

BRAGA, Rui. *A política do precariado. Do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo, Xamã, 1996.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATISTICA E ESTUDOS ECONÔMICOS. *Balanço do Segmento e Perfil dos Trabalhadores em Supermercados*. São Paulo, 2011.

ENGELS, Friederich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

GORZ, Andre. *Crítica da divisão do trabalho*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. *O imaterial. Conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Espaço & Debates*. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, n. 6, 1982.

_____. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debates*, n. 39, 1996.

_____. *O enigma do capital. E as crises do capitalismo*. Lisboa: Bizancio, 2011.

_____. *Rebel Cities. From the right to the city to the urban revolution*. London: Verso, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sala de Imprensa. *Em dezembro, taxa de desocupação fica em 4,3% e fecha 2014 com média de 4,8%*. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2816>. Acesso em 30 de janeiro de 2015.

KON, Anita. *A produção terciária - o caso paulista*. São Paulo: Nobel, 1992.

KRISIS. *Manifesto contra o trabalho*. Lisboa: Antígona, 2003.

MÉSZÁROS, Istvan. *Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

PINTAUDI, Silvana Maria. O lugar do supermercado na cidade capitalista. *Geografia*, UNESP, 1984, v.9, n.17-18, pp.37-54.

POCHMANN, Márcio. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. 148p.

PRIEB, Sergio. *O trabalho à beira do abismo. Uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

INFO. *Walmart anuncia o fechamento de 25 lojas no Brasil*. 21/02/2014. Disponível em: <http://info.abril.com.br/noticias/mercado/2014/02/walmart-anuncia-fechamento-de-25-lojas-no-brasil.shtml> Acesso em: 10 de março de 2014.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1995.

SENNET, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Carlos Henrique Costa. As Grandes Superfícies Comerciais: Os hipermercados Carrefour no Brasil. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, Nº 14, pp. 89 - 106, 2003

STANDING, Guy. *O Precariado. A nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Ed. Autentica, 2013.

VIEIRA, Ana Alice de Oliveira OS MERCADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO-SP: AS TRANSFORMAÇÕES NOS ESPAÇOS DE COMÉRCIO E CONSUMO. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil. Ano de Obtenção: 2014

Enviado em: 15/11/2016

Aceito em: 03/01/2017